

ATA N.º 91

Aos 14 de julho de 2009, reuniram-se os Conselheiros do CMAS para mais uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. A presidente Maria Thereza fez a abertura acolhendo e dando boas vindas aos novos conselheiros. A Conselheira Mariângela fala sobre a questão do preenchimento das vagas e que em momento nenhum foi citado sobre a eleição dos conselheiros durante a VII COMASU e que não teve a presença do Ministério Público. Ela relata a importância de fazer Edital próprio para eleger as cadeiras restantes do Conselho que são: Usuários de Criança e Adolescente, Usuários de Pessoa com Deficiência e Comissão de Direitos Humanos. Segundo Mariângela na hora de eleger os “pares” somente os delegados puderam votar. Sugeriu nova eleição dos conselheiros com a presença do Ministério Público. Maria Thereza indagou Mariângela do porque que ela sendo da Comissão da VII COMASU, que fizeram tantas reuniões e após todo o processo, surge com estas colocações e porque a Sra Mariângela não fez estas colocações antes ou durante as reuniões da Comissão. Mariângela relata que o processo de eleição deve ser cancelado e fazer nova eleição. A sra Edna Julia pergunta como se dará o processo de eleição das cadeiras faltosas, se será igual o da VII COMASU. Maria Thereza responde que para a eleição das novas cadeiras serão chamadas as instituições afins e como se dará o processo ela ainda não sabe é preciso consultar o CNAS, CEAS para pautar sobre este assunto. Mariângela pede que conste em ata “ Mariângela Camargos solicitou a palavra para pontuar algumas falhas na eleição de conselheiros para o biênio 2009/2011 como não publicação do edital próprio convocando a eleição, não composição de comissão própria para essa eleição, a ausência do Ministério Público na supervisão dessa eleição. Além disso observar que durante a eleição dos conselheiros só os delegados da VII COMASU puderam votar e serem votados restringindo assim a participação de todos que estavam presentes na Conferência deixando assim três cadeiras vagas na composição do conselho. Essas cadeiras serão preenchidas de maneira diferente do que foi feito na VII COMASU. Mariângela sugere a anulação da eleição e que seja feito um novo edital seguindo os critérios legais vigentes”. Mariângela relata ainda que não era delegada e foi eleita conselheira na Conferência passada. Reforça que não houve um Edital de chamamento para conselheiros anulando a referida eleição não teve comissão própria para eleição dos conselheiros. O conselheiro Clayton relata ser a segunda conferência que participa e estranha a fala da Mariângela pois correu tudo muito bem durante a VII COMASU. Ivana relata que houve falha na eleição ou melhor na divulgação da eleição dos Conselheiros. A Conselheira Edna Julia relata que no segmento adolescente ela e a Neusa Venceslau concorriam a cadeira de titular, porém a Neusa desistiu do processo então como ficará a sua situação pois restou apenas ela como delegado do segmento visto que a Neusa desistiu de concorrer a cadeira do conselho. Maria Thereza relata que foi divulgado na imprensa, no convite da VII COMASU esta escrito que teríamos a eleição para conselheiros, portanto houve sim divulgação. Mariângela fala sobre a falta de paridade dos conselheiros até o momento por não terem sido eleitos três cadeiras da sociedade civil. Cristiano Boaventura relata que deve ver feita a reunião para que não prejudique o SIM e as renovações e pedido de inscrição das instituições. Maria Thereza reforça sua preocupação com a questão da paridade ou melhor da disparidade. Questiona o que fazer para que as questões jurídicas não fiquem paradas. Em relação ao SIM, Eide relata que temos até o dia 20 para encaminhá-lo para B.H, relata que hoje 14/07 pela manhã a comissão composta por sociedade civil e governo aprovou o SIM, e encaminhou para B.H., o qual consta os dados repassados pelo albergue e setor financeiro da SEDS. Relata que o SIM é para cofinanciamento do programam do migrante. Maria Thereza solicita a votação de quem concorda que a Comissão do SIM seja soberana para validar as informações do SIM. A comissão referendada neste momento de transição. A plenária aprovou por unanimidade. Eide fala que em relação ao SIM a quantia executada do total dos recursos para o serviço foi R\$34.456,71 a quantia executada do total de recursos recebidos do FEAS para o serviço foi R\$ 2.110,31, totalizando R\$ 36.576,02 gasto com o serviço). Em relação aos atendimentos no mês de referência informa que: Acolhimento atendeu 292, Concessão de passe em transporte rodoviários e ferroviários 177, Albergamento temporário 288, Alimentação 288, Higienização 288, Vestuário 64. Relata que o recurso é repassado a cada 4 meses e que a Comissão formada para analisar e validar é composta por Neusa k. Venceslau, Eide Suzana Faria e Cristiano Boaventura e que as informações são passadas pela coordenação do albergue e financeiro da SEDS. Maria Thereza propõe a formação de uma comissão temporária para o SIM composta por: governo: Cristiano Boaventura, Eide Suzana e sociedade civil: Shirley Dias e Clayton. Submeteu a plenária para esta comissão temporária colocado em votação sendo aprovada por unanimidade ficando os conselheiros acima responsáveis pelo SIM. Com a palavra a

COrelheira Eide coloca que a Comissão da VII COMASU é responsável pelos casos omissos e que estes devem ser protocolados, fala que o Ministério Público foi convidado e não compareceu. relata e reafirma o sucesso da VII COMASU. Mariângela relata que ficaram falhas na eleição dos conselheiros não houve, não havendo chamamento público para ser dita como democrática; admite que errou e que se não consertamos os erros agora teremos problemas pois não teve oportunidade dos “pares” participarem e votarem. A Conselheira destaca que a solução seria com base na resolução 237 CNAs, fazer um edital de chamamento pois teremos uma eleição diferente da realizada durante a VII COMASU. Eide relata que em relação a Comissão de Direitos Humanos, em anos anteriores a Comissão de Direitos humanos deliberou pelos dois nomes e encaminhou para o Conselho e que é perfeitamente possível de ser feito nos outros segmentos. Relata ainda que não estamos violando nem tirando a participação das instituições. Mariângela relata que a Comissão Organizadora falhou em algumas situações, como não conseguimos eleger todas as cadeiras, ela pede para registrar em ATA sua colocação de que é consciente deste “erro” que se refere a eleição dos conselheiros. Mariângela reitera que não se deve permanecer no erro da divulgação e publicidade da eleição de conselheiros. Afirma que não houve publicidade. É preciso que o conselho tenha legalidade em seus atos. Eide esclarece que o Porta Voz nº 750 datado de 15 de maio de 2009 publicou a Portaria da VII COMASU e esclarece que foi publicado todo os itens do livreto da VIICOMASU. Eide diz ser a favor de oficial e chamar as instituições para que elas que elejam as cadeiras referentes aos respectivos segmentos. Edna Julia informa sobre o recesso que algumas instituições fazem no termino do primeiro semestre. Maria Thereza da prosseguimento a reunião pede para continuar os encaminhamento, a Presidente coloca que esta é uma reunião consultiva e não deliberativa e que os assuntos constantes na pauta ficarão para plenária posterior. A principio fica marcado para 11 de Agosto as 14 h na sede do Conselho reunião para escolha dos representantes das cadeiras vagas. Nada mais havendo a ser tratado, essa ata foi redigida por mim Claudia Cristina, secretária adoch e será lida e aprovada. Eide Suzana de Faria, Valquíria Aparecida Getúlio, Cristiano Boaventura, Luiz Carlos Chaem, Elci de Azevedo Caixeta, Luis Guilherme Gomes Orellana Hurtado, Maria de Fátima F. Vieira, Nelson Claro da Silva, Romilda Quintina Barbosa, Sandro Roberto Rocha, Gerson Maia Brasil, Claiton Antônio Alves, Shirley Pereira Dias, Fabiana Maria Miranda da Silva, Paulo Afonso Ramos da Silva, Fernanda M. Ferreira Sousa Lemes. Antonio Eustáquio Pereira, Ana Paula Oliveira, Roseli da Costa Teixeira e Ferreira, Ivana Cristina Borges e Maria de Fátima Rodrigues da Silva.